

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37158	49405/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 42194/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Fiscalização de operações urbanísticas - embargo - decisão final

Local da obra: Rua Virgílio Ferreira "Quinta de Santa Bárbara" - União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36241 de 10 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Pese embora se encontre a tramitar no Departamento de Urbanismo a comunicação prévia de alteração da licença de edificação, (processo 11683/2025), certo é que, sobre a mesma, ainda não recaiu decisão final.

Assim, mantendo-se os pressuposto que estiveram na base do projeto de decisão, estão reunidas as condições para o prosseguimento dos autos, tendo em vista a emissão de decisão final de embargo.

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 42194/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Embargo parcial de obra

Local da obra: Rua da Feira, lote A1, Real, Braga

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33792 de 16 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Atento os factos participados, propõe-se seja determinado o embargo parcial da fachada do prédio referentes às varandas - encerramento -, ao abrigo da norma da alínea b), do n.º 1, do artigo 102.º-B, do RJUE, na sua redação atual.

Contudo, não havendo perigo de, entretanto as obras ficarem concluídas, propõe-se seja feita a audiência prévia dos interessados da intenção de embargo da obra, ao abrigo dos artigos 121.º e ss., do CPA, na sua redação atual.

Uma vez que os factos constatados constituem infração contraordenacional, nos termos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 98.º, do RJUE, deve o Agente Fiscalizador elaborar, também, participação por violação do n.º 2, do artigo 80.º-A, do RJUE, na sua redação atual.

Mais deve ser dado o devido conhecimento aos Serviços da DGMT/DU/DAT e a todas as partes interessadas no processo, mantendo-se a monitorização da operação urbanística até efetiva reposição da legalidade urbanística.

Sobre as restantes desconformidades, propõe-se sejam auscultados os já identificados serviços da DAT, no sentido de se pronunciarem quanto à viabilidade e modo de legalização.

À consideração superior.



Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

